



PARECER Nº **0093/2024**

PROTOCOLO : **269/2024** PROCESSO: **173/2024**

PROPOSIÇÃO: **PROJETO DE LEI Nº 113/2024**

EMENTA ORIGINAL: “Estabelece a obrigatoriedade de atendimento reservado à vítima de crime cibernético, de que resulte violência em todas as delegacias policiais, e dá outras providências.”

AUTORIA: Deputado Estadual **WILSON SANTOS**.

I – RELATÓRIO:

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 113/2024, de autoria do Deputado **WILSON SANTOS**, que “Estabelece a obrigatoriedade de atendimento reservado à vítima de crime cibernético, de que resulte violência em todas as delegacias policiais, e dá outras providências”, lido na 1ª Sessão Ordinária (07/02/2024).

Os autos foram tramitados pela Secretaria de Serviços Legislativos, com a **PESQUISA PRELIMINAR**, expedida em 19/02/2024, citando que não foram encontrados projetos em trâmite que tratem de matéria análoga ou conexa ao presente projeto, conforme fls. 05.

Foi colocado em pauta em 07/02/2024, tendo o cumprimento da pauta no dia 07/03/2024. Em 11/03/2024, os autos foram enviados ao Núcleo Social, conforme artigo 360, inciso III, alínea “d” do Regimento Interno, para a Comissão de Segurança Pública e Comunitária, para a emissão de parecer quanto ao mérito da iniciativa.

Analisados os aspectos formais, a proposição se insere no rol de competência exclusiva do Parlamento Estadual, especificamente no artigo 26, XXVIII da Constituição do Estado de Mato Grosso - Promulgada em 05 de outubro de 1989 - D.O. 18/10/1989.



No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de **Lei** que trate especificamente do tema abordado, se confirmada o projeto será arquivado. No segundo, a existência de **Projetos** semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.

No tocante a análise acima, a proposição deve ser avaliada sob três enfoques: **oportunidade, conveniência e relevância social**.

Oportuno é o ato administrativo que compõe os pressupostos de fato e de direito. O pressuposto de direito é uma disposição legal que a estrutura disponibiliza e o pressuposto de fato são os acontecimentos que levam a administração à prática.

Um ato é conveniente, quando seu conteúdo jurídico produz resultado que atenda a finalidade pretendida que é a satisfação ao interesse público e relevância social.

O interesse público refere-se ao “**bem geral**”, segue um conceito central para política, a democracia e a natureza do próprio governo; já a relevância social é justamente a verificação da importância da proposta para a vida da população.

Nas folhas 02 e 03 do projeto de lei, o nobre parlamentar apresenta as seguintes justificativas:

“O presente projeto de lei visa estabelecer que em todas as Delegacias de Polícia do Estado de Mato Grosso deverá ser observado o atendimento reservado à vítima de crime cibernético, quando deste resulte violência, como a decorrente de divulgação não autorizada de áudio e vídeo, extorsão ou estupro, dentre outras formas de violência praticada no ambiente virtual. A Lei 12.015/2009, que alterou a redação do artigo 213 do Código Penal (Estupro), trouxe muitas inovações e interpretações ao dispositivo citado, ampliando, consideravelmente, sua extensão de aplicação. Nesse viés, assim estabelece o artigo citado do diploma penal. Vejamos: Estupro Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. Assim, a nova redação expõe uma gama de possibilidades de



consumação do crime de estupro. O tipo penal fala em constranger alguém (que significa tolher a liberdade, implicando na obtenção forçada da conjunção carnal ou outro ato libidinoso), mediante violência ou grave ameaça (todo ato que extermina a capacidade de pensamento, escolha, vontade e/ou ação da vítima) a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Dessa forma, é inequívoca a aceitação do delito em sua forma virtual com a aplicação da lei de forma real, pois esta modalidade de estupro em nada se diferencia daquelas conhecidas e, costumeiramente, cometidas. Restando petrificada a posição ampla dos doutrinadores, assevera Rogério Sanches Cunha: "De acordo com a maioria da doutrina, não há necessidade de contato físico entre o autor e a vítima, cometendo o crime o agente que, para satisfazer a sua lascívia, ordena que a vítima explore seu próprio corpo (masturbando-se), somente para contemplação (tampouco há que se imaginar a vítima desnuda para a caracterização do crime – RT 4291380". (CUNHA, 2017, p. 483). Dessa forma, chantagear, constranger e divulgar imagens íntimas de vítimas nas redes sociais é considerado estupro virtual, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao haver uma grave ameaça, podendo ser, por exemplo, uma coação ou uma pressão psicológica. No estupro virtual, há um conjunto de práticas constrangedoras (envio de fotos, vídeos de nudez ou autoerotismo da vítima) via aplicativos ou sites virtuais, em que a pressão psicológica é muito grande e é o principal elemento utilizado por quem pratica o ato. Cumpre salientar que muitas vítimas têm medo de denunciar ou acham que algo que acontece em ambiente virtual não é considerado crime. Ou têm vergonha de expor o caso. Por isso, os agressores em geral ainda ficam impunes. E, ao estabelecer a obrigatoriedade de atendimento reservado à vítima de crime cibernético, de que resulte violência em todas as delegacias policiais, é uma forma acolher e dar segurança para as vítimas conseguirem denunciar. As consequências psicológicas de um estupro virtual podem ser similares às de um físico. Sentimento de humilhação, angústia, raiva de si e do agressor, medo, culpa, desespero e até doenças como transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), síndrome do pânico e depressão. Diante de todo o exposto, se mostra valiosa a tramitação e apoio dos nobres colegas na aprovação deste Projeto de Lei.”

O Projeto de Lei “**Estabelece a obrigatoriedade de atendimento reservado à vítima de crime cibernético, de que resulte violência em todas as delegacias policiais, ...**”. Conforme trata os artigos da propositura:

Art. 1º Em todas as Delegacias de Polícia do Estado de Mato Grosso deverá ser observado o atendimento reservado à vítima de crime cibernético, quando deste resulte violência, como a decorrente de divulgação não autorizada de áudio e vídeo, extorsão ou estupro, dentre outras formas de violência praticada no ambiente virtual.



Art. 2º Cada Delegacia de Polícia deverá disponibilizar espaço físico apropriado, ainda que não permanente, ao atendimento reservado de que trata o art. 1º.

Faz saber que a Lei 12.737/2012, que altera o Código Penal e tipifica os crimes cibernéticos no Brasil. Quem invadir dispositivo informático alheio (computadores, tablets, notebooks, celulares, entre outros), conectados ou não à internet, criar programas de violação de dados ou divulgar e negociar informações obtidas de forma ilícita poderá ser punido com multa e até prisão. As penas aplicadas variam de três meses a dois anos de reclusão¹.

“A nova lei, apelidada de “Carolina Dieckmann”, em referência à atriz que teve 36 fotos íntimas vazadas na internet em maio do ano passado, prevê pena de seis meses a dois anos de reclusão se a invasão resultar na obtenção de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas. “Aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos”, diz o artigo 154-A, do Código Penal.”²

Crimes cibernéticos têm penas graves e são passíveis de prisão, por isso, a vítima tem que denunciar de imediato o ocorrido. Somente no ano passado, a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI) da Polícia Civil de Mato Grosso recuperou aproximadamente R\$ 2,8 milhões oriundos de golpes e outros crimes praticados pela internet, conforme destacou o delegado da DRCI, Ruy Guilherme Peral, no 15º episódio do podcast Conecta Jovem...³ A Delegacia de Repressão a Crimes Informáticos tem combatido fortemente, prendido e indiciado pessoas que cometeram golpes. Sabemos que reina uma sensação de impunidade, que há pensamento de que se caiu em um golpe não precisa registrar, mas há punição sim e esses crimes têm pena muito grave. Por isso, a vítima deve procurar a Polícia Civil para poder investigar...⁴

¹ <https://www.tjmt.jus.br/noticias/29323>

² Ibidem

³ <https://www.pjc.mt.gov.br/-/23528765-internet-e-terra-sem-fronteiras-mas-tem-lci-alerta-delegado-em-podcast>

⁴ Ibidem



Existem delegacias especializadas em alguns Estados do Brasil. Em MATO GROSSO a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI), fica localizada na: Av. Coronel Escolástico, 346, CEP: 78.010-200, Bandeirantes, Cuiabá – MT, Telefone: (65) 3613-5625 / (65) 99973-4429, E-mail: drci@pjc.mt.gov.br.

Faz saber que em 07 de junho de 2023 a Assembleia Legislativa do Mato Grosso, receberam orientações sobre combate a crimes cibernéticos, parlamentares estiveram reunidos com os delegados Ruy Peral e João Paulo Firpo Fontes, da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI).



Fonte: Foto - Daniel Meneguini - Assessoria Gabinete

Segundo o Delegado Ruy Peral “É importante que os deputados tenham a orientação necessária sobre as possibilidades de blindagens cibernéticas. Hoje, a Polícia Civil de Mato Grosso está capacitada para agir em caso de crimes cibernéticos. É importante que a sociedade e as autoridades públicas tenham segurança para usar a internet como ferramenta de trabalho”.

Os crimes virtuais são todos aqueles praticados em ambiente cibernético, tanto aqueles que visam atingir o sistema de um computador, como a parte física ou os dados, os que buscam o patrimônio da vítima, bem como aqueles que se utilizam da internet apenas para executar outros crimes, como a calúnia, o



terrorismo, a pornografia infantil e a discriminação. Somente com a coleta eficiente dos dados, bem como a realização de registro do boletim de ocorrência poderemos erradicar essa prática.

A prática de crime Cibernético, são os mais comuns porque são executados pela internet, online, são eles: roubos de identidade e outras violações de segurança, até o cyberstalking, assédio, bullying e exploração sexual infantil por esse meio. Algumas atitudes e atenção podem evitar cair em golpes ou ter a rede bloqueada, o uso de serviços de proteção contra vírus e ameaças da Internet; ter senhas fortes, que não sejam repetidas em sites diferentes e que sejam alteradas com alguma regularidade; manter os softwares atualizados, pois hackers costumam usar caminhos já conhecidos; e não compartilhar informações pessoais e privadas, mantendo-as bloqueadas nas redes e sites, são algumas medidas de proteção.

Cyberstalking: é aquele que age exclusivamente pela internet e derivados deste. Com frequência inunda e-mail da vítima, redes sociais, causando pânico e medo, fazendo assim a vítima, que precavida, evita essas formas de comunicação. Neste sentido, é que se coíbe com a conduta do agressor é a liberdade virtual da vítima.⁵

As formas, como são virtuais, normalmente acontecem por redes sociais, onde os agressores tentam não deixar pegadas, assim, tentando dificultar que a vítima o encontre. Mas, nestes casos, além do B.O, a vítima deve sim "printar" a tela com a agressão virtual, registrar o link da postagem que, mesmo após o poste apagado, os especialistas conseguirão encontrar o agressor.⁶

É possível considerar "crime virtual" qualquer conduta ilícita em que se tenha um ou mais dispositivos informáticos (hardware ou softwares) como meio ou objeto de sua execução. Dessa forma, adotando uma definição mais abrangente, sempre que alguém, se valendo de um dispositivo informático,

⁵ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/cyberstalking-e-crime-no-brasil-apesar-de-muitos-acharem-que-o-stalking-e-um-comportamento->

⁶ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/cyberstalking-e-crime-no-brasil-apesar-de-muitos-acharem-que-o-stalking-e-um-comportamento->



lesionarum bem jurídico tutelado pelo Direito Penal (como o patrimônio ou a honra, por exemplo) estaremos diante de um crime “cibernético”⁷.

Os crimes mais comuns cometidos por meios eletrônicos são⁸:

- Fraudes eletrônicas e bancárias (phishing, pharming, dentre outros);
- Crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria);
- Pornografia Infantil;
- Invasão de Dispositivo Informático (Lei Carolina Dieckmann);
- Crimes contra direitos autorais e contra a propriedade industrial (Lei de Software);
- Procurar o Grupo Especializado em Repressão aos Crimes por Meios Eletrônicos;
- Capturar a imagem do dispositivo eletrônico, sempre que possível.

Com o advento da globalização, os denominados “Crimes Virtuais” ou “Crimes Cibernéticos” vêm se tornando cada vez mais comuns, pondo em risco a segurança dos usuários da chamada TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Isso se dá porque a humanidade está vivendo um momento conhecido como “Era Digital”, em que há uma enorme facilidade para armazenar e compartilhar dados virtuais. Em que pese a infinidade de benefícios decorrentes desse novo contexto, o “ciberespaço” vem acompanhado de muitos riscos à sociedade e à economia global.

São vários os motivos pelos quais se atribui o aumento da prática de crimes cibernético, vale ressaltar, que o crescimento do número de usuários que acessam todos os dias a rede mundial de computadores, se dá devido o barateamento e venda em larga escala dos produtos eletrônicos. Esses fatores, vinculados à falta de investimentos em políticas de segurança virtual, contribuem para o estorrecedor aumento de atividades maliciosas praticadas virtualmente.

⁷ <https://thomasbacellar.adv.br/crimes-ciberneticos/>

⁸ Ibidem



Conforme a Orientação nº 005, de 15 de março de 2022, do Estado de Mato Grosso, que “Dispõe sobre a atribuição da Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos – DRCI/MT. **“CONSIDERANDO que com o advento da Lei Complementar nº 664/2020 a Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos – DRCI/MT, passa a ter atribuição para investigação de infrações penais cibernéticas, ou seja, aos denominados crimes cibernéticos próprios, que são aqueles em que o sistema informatizado de banco de dados, arquivos ou terminais (computador, smartphone, por exemplo) são atacados e invadidos, normalmente após identificação de vulnerabilidade”.**

Cabe informar a existência da LEI nº 12.413, de 18 de janeiro de 2024, que “Institui a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências”.⁹

“Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESPDS, com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social do Estado de Mato Grosso, em articulação com a sociedade.

XI - fortalecer:

- a) os mecanismos de investigação de crimes hediondos e de homicídios;
- b) as ações de prevenção e repressão aos crimes cibernéticos;
- c) as ações integradas de inteligência no âmbito da segurança pública;”

Por conseguinte, deve-se observar que a propositura em tramite estabelece a necessidade de ser reservado em todas as Delegacias de Polícia, um espaço apropriado para atender as **Vítimas de Crime Cibernético**, quando for decorrente de divulgação não autorizada de áudio, vídeo, extorsão ou estupro, dentre outras formas de violência praticada no ambiente virtual.

Destaca-se que este **Relatório** é narração ou exposição de atividade ou fato, discriminando-se todos seus aspectos e elementos. **Parecer/Voto** é o

⁹ <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-12413-2024-mato-grosso-institui-a-politica-estadual-de-seguranca-publica-e-defesa-social-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias>



posicionamento do Relator e demais pares, com base factual ou legal, determinando ou apontando sugestão de ação.

Assim, o presente relatório expõe as especificações técnicas e atributos, tanto legais como formais, embora a atribuição desta Comissão Permanente seja de dar parecer quanto ao mérito em todas as proposições que visem regular assuntos concernentes a Segurança Pública e Comunitária no seu mais amplo sentido, bem como, sobre todos os assuntos que com ela tenham referências contidas no Artigo 369, inciso XI, desta Casa de Leis, como relator (a) designado (a), posiciono-me exclusivamente pelo “mérito de iniciativa discricionária quando for proposta por conveniência e oportunidade”, cabendo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação dar parecer a todos os projetos quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e sobre todas as proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia Legislativa.

Em apertada síntese, concluímos o presente relatório.

II – VOTO DO RELATOR/PARECER:

Diante do exposto, analisados os aspectos formais e as razões elencadas, quanto ao **mérito**, na Comissão Permanente de Segurança Pública e Comunitária de acordo com os artigos 417 e 419 do Regimento Interno desta Casa de Leis, como relator (a) designado (a), posiciono-me pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 113/2024**, de autoria do Deputado WILSON SANTOS, lido na 1ª Sessão Ordinária (07/02/2024).

Francisco Xavier da Cunha Filho
Francisco Xavier da Cunha Filho
Consultor do Núcleo Social
Matrícula 41117

Sala das Comissões, em 14 de 5 de 2024.

RELATOR (A): DV. João.



ALMT
Assembleia Legislativa
COMISSÕES PERMANENTES 2024



Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora | Núcleo Social

IV - FICHA DE VOTAÇÃO:

SISTEMA ELETRÔNICO DE DELIBERAÇÃO REMOTA (VIDEOCONFERÊNCIA)

ATO Nº 010/2024/SPMD/MD/ALMT

REUNIÃO:	<input checked="" type="checkbox"/> 1ª ORDINÁRIA	<input type="checkbox"/> 2ª EXTRAORDINÁRIA	14/05/24 10H00.
DATA/HORÁRIO:			
PROPOSIÇÃO:	PL Nº 113/2024.		
AUTORIA:	Deputado Estadual WILSON SANTOS.		
APENSAMENTOS:	.		
SUBSTITUTIVOS:	.		
EMENDAS:	.		

MEMBROS TITULARES	RELATOR	ASSINATURAS	VOTAÇÃO
Deputado ELIZEU NASCIMENTO Elizeu Francisco do Nascimento PL Presidente	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado DR. JOÃO João Jose de Matos MDB Vice-Presidente	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado BETO DOIS A UM Alberto Machado PSB	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado VALMIR MORETTO Valmir Luiz Moretto REPUBLICANOS	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado WILSON SANTOS Wilson Pereira dos Santos PSD	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).

MEMBROS SUPLENTE	RELATOR	ASSINATURAS	VOTAÇÃO
Deputado DIEGO GUIMARÃES Diego Arruda Vaz Guimarães REPUBLICANOS	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado JUCA DO GUARANÁ Lídio Barbosa MDB	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado CARLOS AVALLONE Carlos Avallone Junior PSDB	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado FABIO TARDIN Fábio José Tardin PSB	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).
Deputado VALDIR BARRANCO Valdir Mendes Barranco PT	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> COM O RELATOR (SIM). <input type="checkbox"/> CONTRÁRIO AO RELATOR (NÃO).

A Comissão Permanente de Segurança Pública e Comunitária, após apresentação do Parecer e Voto do Relator, manifestamos:

VOTAÇÃO FINAL: ☒ FAVORÁVEL À APROVAÇÃO ☐ CONTRÁRIO À APROVAÇÃO

IV - ENCAMINHA-SE À SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA:

Para ciência e continuidade da tramitação na forma regimental.

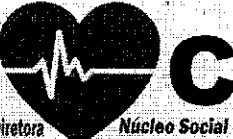
GLAUCIA MARIA DE CAMPOS ALVES
Secretária da Comissão Permanente

FRANCISCO XAVIER DA CUNHA FILHO
Consultor Legislativo do Núcleo Social

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso



NUS
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora



Edifício Governador Dante Martins de Oliveira
Sala 204 - 2º Piso

Assessoria Técnica:
E-mail: nucleosocial@almt.gov.br
Telefone: (65) 3313-6908 | (65) 3313-6915

Consultor Legislativo:
E-mail: francisco.xavier@almt.gov.br
Telefone: (65) 3313-6909 | (65) 9 9639-4683

GMCA
Página 1 de 1